



A ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES/RS. O MONUMENTO E A AÇÃO DO ESTADO

MARCHI, Darlan de Mamann

*Doutorando Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural
da Universidade Federal de Pelotas. (Capes)
darlanmarchi@hotmail.com*

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi

Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas

152

Resumo

São Miguel das Missões no noroeste do estado Rio Grande do Sul e as ruínas do templo do antigo povoado jesuítico-guarani, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, são os principais marcos identitários para toda àquela região. O território dos Sete Povos das Missões foi palco da implantação do projeto da Companhia de Jesus para a catequização dos nativos, ao mesmo tempo em que assegurou a garantia do território para a coroa espanhola nos séculos XVII e XVIII. Neste artigo busca-se discutir o processo de ativação patrimonial dos remanescentes arquitetônicos do antigo povoado jesuítico-guarani de São Miguel das Missões, o mais significativo dos povoados do lado oriental do rio Uruguai. Através de imagens que remetem à valorização das ruínas no século XX, pode-se perceber a transformação da paisagem através da ação do Estado. Da mesma forma, essa afirmação do bem cultural como fator preponderante para a identidade regional também foi dialogando com os novos sentidos que o patrimônio cultural adquiriu no decorrer do século XX.

Palavras-chave: São Miguel das Missões, patrimônio cultural, ação do Estado.

Abstract

São Miguel das Missões in the northwest of the state Rio Grande do Sul and the temple ruins of the former Jesuit-Guarani village, now a World Heritage Site by UNESCO, they're the main identity marks to all that region. The Seven Peoples Missions' territory was hosted Company's Jesus project implementation in order of catechizing the natives, while assured that territory for to the Spanish crown in the seventeenth and eighteenth centuries. This article seeks a discuss about balance activation process of the architectural remnants of the means of Jesuit-Guarani village of San Miguel Mission, the most significant of the villages on the eastern side of the Uruguay River. Through of pictures that refer to the appreciation of the ruins in the twentieth century, so can see the transformation of the landscape through of the state action. Otherwise, this is a statement of the object regional identity was also been changing the landscape with the new meanings that cultural heritage has been acquired during the twentieth century.

Keywords: San Miguel Mission, cultural heritage, action state.



Considerações iniciais

O presente texto, parte das reflexões iniciais da pesquisa de doutoramento em andamento e visa discutir as ações do estado brasileiro nas políticas da preservação do patrimônio na região das Missões no Rio Grande do Sul. Para isso, tomam-se como objeto de análise algumas fotografias, tiradas em diferentes períodos, das ruínas da antiga igreja do período jesuítico-guarani de São Miguel das Missões. Visualizadas em conjunto e de maneira cronológica, essas imagens permitem observar as transformações da paisagem do lugar pela ação direta dos poderes instituídos. Para isso, propõe-se uma discussão que aborde o desenvolvimento do processo de patrimonialização do sítio de São Miguel das Missões e as confluências dessas ações com as políticas de patrimônio ao largo do século XX.

Para subsidiar a discussão, parte-se da premissa de Llorenç Prats (1998) sobre a “ativação de repertórios patrimoniais”. Para o teórico, a ativação de um bem cultural como um elemento simbólico se alça num complexo contexto que engloba

(...) los valores hegemónicos cambiantes, con las autoridades disciplinarias y corporativas socialmente sancionadas y, en definitiva, con la ratificación social de los criterios de selección y activación, todo lo cual, si atendemos a los vaivenes que se dan en la fijación y revocación de la causuística (cuantos genios no aparecen y desaparecen de nuestra historia, cuantos monumentos no caen ora en el olvido para resurgir más adelante...) produce una sensación de inestabilidad que se acrecienta conforme acercamos a los márgenes del pool (patrimonial). (PRATS,1998, p. 66)

Todo esse movimento que compõe a ativação de um bem como patrimônio passa muitas vezes despercebido pelas comunidades. Não que as comunidades também não sejam protagonistas no reconhecimento e elevação de um bem cultural como simbólico para manutenção de seu status, porém, existe nos meandros dessa ativação a luta direta de poderes que legitimam essa escolha (Idem, p. 69). Assim, analisar a formação de um discurso identitário que caracteriza uma região, a partir do seu patrimônio oficial, permite compreender as reentrâncias desses processos de constituição do lugar e também do lugar na constituição da identidade de um grupo.



No caso específico das Missões, a ativação das ruínas de São Miguel como monumento representativo da região ocorre dois séculos após a construção desse edifício – inicialmente um templo católico erguido pelas mãos dos indígenas orientados pelos religiosos da Companhia de Jesus. Mas foi no século XX, após inúmeros acontecimentos que levaram ao fim do período reducional no século XVII e disputas de território no século XIX, que os remanescentes arquitetônicos foram valorados e assegurados no papel de protagonistas na paisagem e no imaginário da região missioneira no Rio Grande do Sul.

Antecedentes Históricos

As reduções jesuítico-guarani foram parte do projeto de colonização da coroa espanhola no entorno dos rios Uruguai e Paraná nos séculos XVII e XVIII e que hoje compreendem os territórios de Argentina, Paraguai e Brasil. Os aldeamentos implantados por religiosos tinham por objetivo a evangelização dos indígenas, em sua maioria da etnia Guarani, e ao mesmo tempo a garantia da manutenção do território, dentro de um processo cambiante de disputas entre as coroas ibéricas (BRUXEL, 1987).

Ainda em princípios do século XVII as Reduções, não só do Tape (hoje Rio Grande do Sul), mas também do Guairá (região do Paraná) e Itatim (Região do Mato Grosso do Sul), sofreram intensos ataques dos bandeirantes paulistas que escravizavam os indígenas aldeados e levaram a destruição completa de muitos povoados. Apenas em meados daquele século após inúmeros reclames dos jesuítas contra os bandeirantes e do enfrentamento dos indígenas às bandeiras no conhecido episódio da Batalha de Mbororé, é que um ciclo de parcial tranquilidade possibilitou o desenvolvimento dos povoados jesuítico-guaranis (MELIÁ, 1995. 113).

Os jesuítas que anteriormente haviam migrado para o lado ocidental do rio Uruguai, retornaram a ocupar a região oriental fundando as sete povoações, algumas delas nos mesmos lugares dos povoados abandonados quando dos ataques dos bandeirantes. De 1687 até 1707 todas as sete cidades estavam instaladas, com significativas populações e economia baseada no cultivo de cereais e na pecuária. A religião era o fator preponderante e assim o tempo, as atividades públicas, os trabalhos e os ensinamentos estavam mergulhados na aura do cristianismo e no objetivo evangelizador do trabalho dos jesuítas. A própria composição da



estrutura urbana dos povoados demonstrava o papel central do espaço de culto. Para Jean Baptista,

Dentre os espaços missionais se destaca, primeiramente, aquele diretamente relacionado aos jesuítas – oficinas, claustro/escola, igreja, cemitério e *cotiguaçu*, além de outros setores de produção. Há muito essa área é considerada o coração dos povoados, ponto nevrálgico de onde, por meio dos padres, emanaria a ordem, o saber, a crença e a identidade local. (BAPTISTA, 2009, p.23)

155

Todavia Baptista (2009) afirma ao longo do seu minucioso estudo, que essa estrutura estava perpassada pela diversidade do diálogo intercultural, onde a cultura e modo de ser dos Guarani estava mesclada ao conjunto de instrumentos implementados pelos jesuítas para a fruição do projeto missional. Esse entendimento estava também representado na própria constituição material do povoado e no seu planejamento urbano.

Nos “pueblos de indios”, entretanto, uma concessão foi feita aos padrões de habitação indígena: as ruas não separavam quarteirões, mas sim casas isoladas. Conhecemos muito bem o padrão construtivo das ocas indígenas, ou seja, das casas grandes que abrigam toda uma família extensa de parentes próximos (...). Nos povoados indígenas das missões, as ruas, que se organizavam segundo o plano em grade do Renascimento, separam grandes casas indígenas e não quarteirões de casas, como nos povoados dos brancos conquistadores (KERN, 1994, p. 36)

O conjunto dessas estruturas de pedra erguidas no decorrer do século XVII é que vão formar os remanescentes arquitetônicos que serão preservados pelas políticas de patrimônio no século XX. O que um dia foi um lugar habitado, no seio de uma sociedade com intensas trocas culturais e dentro do contexto do período colonial, acabou sofrendo com as disputas territoriais das coroas de Portugal e Espanha e com os reveses provocados pela guerra e o conseqüente abandono dos povoados entre a segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX.

Cenário de uma região de fronteira, as Missões foram palco de confrontos e instabilidades. Os chamados sete povos do lado oriental do rio Uruguai foram trocados com Portugal pela Colônia de Sacramento quando da assinatura do Tratado de Madri. Conforme o acordo o território que agora passava ao domínio português, exigia que toda a população indígena migrasse para os povoados a ocidente do rio Uruguai, abandonando os Sete Povos.



O Tratado de 1750 desencadearia a Guerra Guaranítica, onde os indígenas levantaram-se contra os exércitos de Portugal e Espanha, o que levou ao massacre de indígenas e ao cumprimento do tratado. Mais adiante ocorreria a expulsão dos jesuítas do território, configurando o golpe final para o declínio dos povoados. Todo esse quadro, ocorrido na segunda metade do século XVIII, terminaria por “sepultar as aspirações utópicas de uma ‘terra sem mal’”, o que ficou evidenciado através do abandono dos povoados no século XIX e sua conversão em ruínas “em meio à selva subtropical, materializando um sonho desfeito”. (KERN, 1994 p. 88-89)

Alguns viajantes estrangeiros como o francês Auguste Saint-Hilaire e o alemão Robert Avé-Lallemant passaram pelas Missões no século XIX e deixaram registros escritos dessa experiência. No ano de 1820, Saint Hilaire ao passar por São Miguel faz referência a baixa densidade demográfica da região. Em cada povoado visitado, Saint Hilaire (2002, p. 361-382) registrou seu contato com moradores locais, bem como os novos usos dados aos escassos imóveis do período missionário que ainda se mantinham. Porém, dentre todos os povoados, considerou São Miguel como um dos que se mantinham mais conservados, dentro da realidade que se impunha à região. Da mesma forma, falou do estado de ruína em que estava o templo do povoado, e que uma nova igreja, de proporções menores, já havia sido contruída para substituir a antiga junto aos poucos moradores.

No ano de 1858 Avé-Lallemant ao chegar a São Miguel descreve de maneira minusciosa o lugar. A praça, o claustro, as oficinas e todas as obras em pedra que agora se encontravam em meio à mata. Em relação à igreja o viajante discorre sobre detalhes da arquitetura e das proporções da obra, do que vale destacar o seguinte trecho:

E essa construção, engenhosa e gigantesca, ali estava convertida em tristes ruínas! O tecto dos propileus e da abóboda estavam totalmente desmoronados. No chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre está rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedrase nas volutas crescem viçosamente cactos gigantes, uma floresta de criptógamas e até árvores, pouco ficando a dever aos jardins suspensos de Semíramis. Maravilhosas borboletas esvoaçavam sobre as ruínas no alto, nos mais elevados pontos, os pássaros da floresta chilreavam e sua canção da tarde sobre a solidão profunda, grave, premonitória. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 237)



Como se pode observar o viajante ao mesmo tempo em que falava da grandiosidade da obra e do abandono do antigo templo, mesclava ao discurso elementos da natureza que naquele momento, junto à ruína, formavam a paisagem da localidade. Os viajantes lançavam seu olhar romântico sobre o lugar num período em que a noção moderna de patrimônio, instituído e tutelado pelo Estado, ganhava destaque na Europa. Além de utilizar-se do discurso do Romantismo e das viagens a lugares inóspitos, a efervescência da cultura material através dos colecionadores e antiquários também dialogava com a formação dos Estados Nacionais e a construção dos símbolos que efetivavam as identidades e garantiam o êxito das repúblicas.

Assim sendo, o reconhecimento cultural empreendido por escolhas de agentes do Estado atua diretamente no processo de legitimação do poder (ANDERSON, 2008). Nesse processo estão implicadas questões políticas e discursivas que constroem uma ordem simbólica a partir do patrimônio cultural, ou seja, daquilo que é eleito para a representação de grupos sociais. O patrimônio constitui-se assim em seu papel político nem sempre declarado, mas sempre presente. Todo esse processo naturalizado pelas comunidades tangencia uma interpretação específica, uma versão para o bem cultural, um processo incorporado pelos estados nacionais que formularam regras e passaram a legislar sobre esses bens simbólicos (POULOT, 2008).

A ação do Estado em São Miguel

São Miguel das Missões a partir de 1873, com a emancipação política de Santo Ângelo da cidade de Cruz Alta, passou a ser distrito do novo município. A localidade seria conhecida como terceiro distrito de Santo Ângelo até o ano de 1988, quando passa a ser independente administrativamente. No princípio do século XX, Santo Ângelo possuía um vasto território na região noroeste do Rio Grande do Sul que abarcava lugares que estavam em processo de colonização por novas levas de imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, além da anterior ocupação a partir da Lei de Terras³.

³ Lei do Império nº 601/1850, que “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o



Nesse panorama, é que lotes passam a ser vendidos pelo município na área urbana da vila de São Miguel, ou seja, no entorno das ruínas do antigo povoado. No Jornal A Semana, de 24 de fevereiro de 1921, encontra-se uma nota de primeira página intitulada “Os terrenos de S. João e S. Miguel”, que relata a visita do intendente de Santo Ângelo Coronel Braulio de Oliveira e do agrimensor Heitor Pinheiro Machado às localidades dos antigos povoados para os primeiros contatos a fim de proceder às medições dos terrenos e a promoção de um traçado organizado para as vilas, algo que, segundo o periódico, era esperado há muito tempo pelos habitantes dos povoados.

Durante esse mesmo processo, a localidade é reconhecida por sua importância histórica. Mais precisamente no ano de 1922 o estado do Rio Grande do Sul, através da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obras Públicas reconhece o espaço das ruínas como “lugar histórico”, representativo da formação do povo gaúcho. Na região missioneira, com base administrativa em Santo Ângelo, o poderio político estava também fortemente marcado pelo republicanismo e o sistema de coronéis nomeados pelo governo estadual naquele momento. O reconhecimento da localidade se dá de forma verticalizada nesse primeiro momento e a partir de então ocorrem às primeiras intervenções para a manutenção das ruínas.

As primeiras ações de restauro ocorrem entre 1925 e 1927, sob a coordenação do engenheiro João Dahne. O corte das árvores que tomavam o lugar, o reforço das paredes através da colocação de trilhos de trem de entre as estruturas e o cercamento das ruínas caracterizam algumas dessas primeiras intervenções (STELLO, 2005). Partindo dessas primeiras ações, é que a paisagem da cidade como se tem hoje, ou tal como é identificada como ícone do patrimônio histórico, foi sendo constituída, mantendo reminiscências materiais do passado missioneiro, junto às novas moradias que despontavam no entorno.

Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 18 jul. 2014.

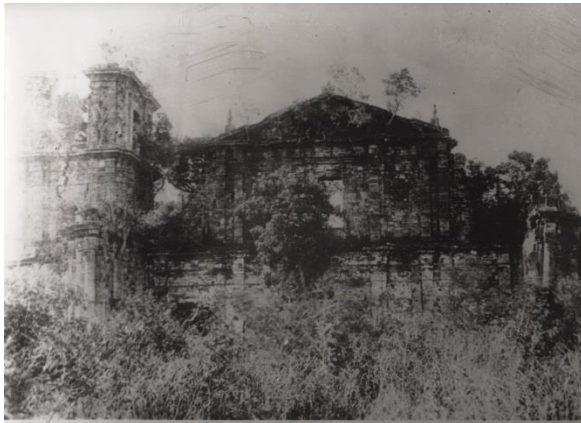


Figura 1 – Ruínas de São Miguel das Missões entre o fim da primeira e início da segunda década do século XX. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo.

Figura 2 – Ruínas de São Miguel na primeira parte da década de 1920, quando das primeiras intervenções de preservação. Fonte: Fundo Kurt Michel. Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo.

As figuras 1 e 2 retratam a atenção que passa a ser dada à ruína. A limpeza da vegetação fica visível na segunda imagem onde, entre as portas de acesso ao templo, algumas pessoas posam para a fotografia. Percebe-se que o fotógrafo ao promover o distanciamento focal da cena permite que se veja boa parte da fachada, o que permite também vislumbrar a dimensão do templo. Na mesma imagem se percebe que as obras estavam em processo, pois a vegetação ainda permanecia no interior da igreja enquanto que na parte externa já havia sido retirada. Contudo, as rachaduras na torre ainda não haviam sido sanadas.

Os procedimentos de restauro seriam aprofundados com o reconhecimento do sítio como patrimônio nacional ainda na década de 1930. O, então, recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, com o apoio de intelectuais modernistas, promoveu escolhas de bens materiais a ser preservados em todo o Brasil com a finalidade de definir os referenciais da identidade nacional. Nesse mesmo ano, o arquiteto Lucio Costa foi enviado para o Rio Grande do Sul, onde, por intermédio do literato gaúcho Augusto Meyer, recorreu os remanescentes dos Sete Povos das Missões e propôs através de relatório providências para a preservação, o que resultaria no tombamento de alguns desses remanescentes como patrimônio nacional em 1938 (MEIRA, 2008, p.223-224).

Lúcio Costa foi também o responsável pela obra do Museu das Missões. Obra modernista, com inspiração no estilo das casas dos indígenas missionários e construída dentro



do sítio. O museu inaugurado em 1940 passou a guardar o acervo da estatuária Guarani que era recolhida na região pelo então zelador do museu Hugo Machado¹.

Em 1940, Alberto Lamego (p.55) na Revista do SPHAN² escreveu um texto sobre os Sete Povos das Missões, que iniciava com a seguinte frase: “No extremo noroeste do Estado do Rio grande do Sul, à margem esquerda do Rio Uruguai, está situada a cidade de São Francisco de Borja, onde viu a luz do sol o Sr. Getulio Vargas e que foi um dos Sete Povos das Missões”. No decorrer do mesmo texto exaltou novamente a figura do então presidente e demonstrou o tom nacionalista que norteavam as políticas patrimoniais do período:

Agora que o grande estadista que dirige a Nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos “Sete Povos das Missões”, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na (localidade) de São Miguel, para guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu, é de toda oportunidade darmos notícia das festas realizadas no Povo de São Francisco de Borja há quase dois séculos. (LAMEGO, p. 56)

O artigo de Lamego, que em sua maior parte trata da transcrição de documento que registrava os festejos religiosos da época missioneira no povoado de São Borja, inicia destacando a terra natal de Vargas, lembrando que a principal figura pública da Nação era também missioneiro. Havia uma tentativa mesmo que não explícita ou intencional de conectar os tempos históricos, aquele da “glória das Missões” com o atual, ou seja, da Revolução de 1930 e da proeminente figura de Getúlio Vargas frente ao Estado Novo.

Assim, as ruínas do antigo povoado jesuítico-guarani firmavam-se agora na paisagem local e oficialmente no livro de bens representativos do Brasil. Passavam assim ao patamar de dispositivo rememorativo do discurso de integração das raças na formação do cenário

¹ Mais informações sobre o Museu consultar: BAUER, Leticia. *O Arquiteto e o Zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 177p.

² Assim como algumas outras revistas publicadas pelo então Serviço do Patrimônio, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, sob a coordenação de Rodrigo de Melo Franco Andrade – disponíveis no endereço eletrônico do IPHAN na internet – a publicação discorre sobre vários bens culturais nacionais que passavam a ser valorados naquele momento. Os artigos assinados por diversos artistas e intelectuais versam sobre bens culturais de diferentes estados e que estavam sendo oficialmente reconhecidos, legitimando assim a ação do Estado e as ações de valoração e preservação destes bens edificados.



nacional. Mesmo não sendo a representação típica do barroco português e daquele estilo de sociedade colonial escolhida pelos modernistas, as Missões remetiam de alguma maneira a esse período de confluências culturais que demarcavam essa identidade que estava sendo gerada como oficial.

Em 1984 o conjunto arquitetônico de São Miguel foi declarado patrimônio mundial pela UNESCO, juntamente com outros sítios remanescentes das missões jesuítico-guarani em território argentino³. Além da representação histórica do seu passado colonial, São Miguel representa, contemporaneamente, um dos lugares que permite realizar uma leitura da trajetória do patrimônio cultural brasileiro.

O patrimônio: outros tempos, novos usos

São Miguel das Missões é na atualidade permanece sendo uma pequena cidade que possui o único patrimônio cultural mundial no sul do Brasil. São pouco mais de sete mil habitantes que convivem com os remanescentes arquitetônicos do antigo povoado jesuítico-guarani de São Miguel Arcaño.

A trajetória das ações de preservação do patrimônio na cidade pode ser analisada através da intervenção do Estado na escolha e proteção do que deve ser preservado com a consequente modificação da paisagem da cidade a partir e com o sítio histórico tombado. Por outro lado, essas ações também foram sendo influenciadas conforme as novas concepções sobre o patrimônio passaram a influenciar nas políticas públicas no decorrer das últimas décadas do século XX. Nesse quadro também estão às relações entre o visível e o subjetivo que trabalharam e trabalham juntos na composição do lugar, nesse quase um século de reconhecimento oficial do patrimônio em São Miguel das Missões. As identidades no entorno da história missionária foram sendo moldadas a partir dessas ações.

Nesse sentido Joel Candau (2011 p. 131-133) ao diferenciar as questões de transmissão histórica e transmissão memorial, as diferencia a luz dos trabalhos de Nora e Halbwachs, no entanto, acaba por afirmar que a história é a “filha da memória”, uma vez que,

³ UNESCO. *Jesuit Missions of the Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor (Argentina), Ruins of Sao Miguel das Missoes (Brazil)*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>> Acesso em 12 de out. de 2013.



“como a memória, a história pode recompor o passado a partir de ‘pedaços escolhidos’, tornar-se um jogo, objetos de embates e servir de estratégias militantes e identitárias”. Esses pedaços escolhidos da história, também podem ser pensados a partir do patrimônio, pensando esse como o reflexo de uma escolha material representativa e também como motor para a escrita da história.

Ao se debruçar sobre o caso de São Miguel, vê-se a história da trajetória patrimonial refetida nas imagens do patrimônio da cidade. Concomitantemente a esse processo ocorrem no interior dessas imagens a afirmação dos discursos identitários que são propalados através do patrimônio.

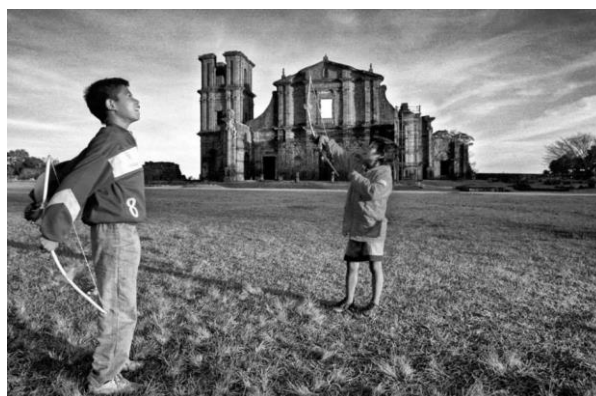


Figura 3 – Fotografia-postal de São Miguel das Missões. Entre as década 1940 e 1950. Fotógrafo: Bruno Schmidt.

Figura 4 – Cartão Postal. Brasil Turístico. Julho de 1966. Fonte: Instituto de estudos Brasileiros – USP. Fundo Ernani Brum. ESB-RS-051.

Figura 5 – Fotografia “Crianças Guarani, brincando em frente à redução São Miguel Arcaño”. Acervo particular do fotógrafo. Data: Março de 2000. Fotógrafo: Tadeu Vilani.



Destarte, as figuras 3, 4 e 5 permitem observar os usos do bem cultural e os novos significados que ele vai ganhando dentro do contexto das noções de patrimônio. Primeiramente vemos a figura preponderante da ruína ainda na década de 1940 (figura 3). No postal ainda em preto e branco o fotógrafo enquadra a ruína ao fundo, emoldurada no alto, à direita, por uma das grandes árvores dispersas pelo sítio. A fotografia possui um tom artístico e romantizado do lugar. Naquele momento, os resquícios materiais da igreja estavam recém consolidados e o sítio gerenciado pelo governo federal firmava-se no meio social através de seu valor histórico e cultural, possibilitando enquadramentos representativos desse discurso sensível e poético sobre o passado.

Imagens fotográficas da imprensa, cartões postais e materiais turísticos iniciavam a divulgação e propagação da ruína como um símbolo não só regional, mas também do Rio Grande do Sul. Na figura 4, um cartão postal de 1966, podem-se perceber as figuras dos gaúchos e prendas dançando em frente às ruínas. Assim como a dança, a vestimenta típica há ainda o destaque para o churrasco sendo preparado no fogo de chão e o chimarrão sendo tomado. Todos esses elementos configuram a construção da imagem folclórica do gentílico do Rio Grande do Sul afirmadas pelo gauchismo e que se juntavam agora a figura emblemática das ruínas como uma forma de conectar esses discursos.

A última fotografia trazida, feita no ano 2000, coloca em destaque os indígenas da Aldeia *M'bya* Guarani *Tekoa Kóénju* de São Miguel das Missões. Os habitantes da aldeia que hoje atuam na venda do seu artesanato junto ao Museu das Missões passaram a ser foco das ações patrimoniais, com pesquisas e inventários que tratam da sua relação com o sítio tombado. Isso ocorreu a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da UNESCO, ou seja, ações dessas agências dentro de um discurso contemporâneo de valorização dos entes humanos e culturas tradicionais que compõem os patrimônios. Na fotografia, assim como em outros materiais publicitários mais recentes sobre São Miguel, vemos as figuras dos indígenas frente ao monumento, refletindo na paisagem o entendimento antropológico do espaço cultural e a valorização subjetividade na constituição do patrimônio. Entendimento esse que se coaduna com as compreensões mais recentes das ações patrimoniais, que passaram a atuar no tema do patrimônio imaterial e da diversidade cultural.



O discurso a partir da paisagem que atua sobre os sentimentos de identidade em relação ao lugar, esses sentimentos são ativados pelas relações e percepções sinestésicas dos corpos que se relacionam com o ambiente e ficam visíveis através das representações dos cartões postais, guias turísticos e outros materiais desse tipo (TILLEY, 2006, p.13-14). Assim, as imagens, convertidas em representações temporais de um espaço patrimonializado, alteram-se através dos elementos humanos que vão sendo acrescentados ao espaço do sítio que tem ao centro um bem material referencial.

Considerações finais

De acordo com Alois Riegl (2005), em sua concepção de monumento histórico, o valor atribuído de um bem cultural é relativo ao tempo de sua atribuição, o que é validado por Choay (2006) quando aborda que, na perspectiva da gênese do conceito moderno de patrimônio o século XIX foi por excelência o tempo de desvelamento das ruínas, sobretudo as greco-romanas, para um turismo histórico de maiores proporções. A partir disso, percebe-se a transformação das ruínas de São Miguel como um monumento, tanto pelo reconhecimento dos novos atores que povoaram a região no século XX, mas principalmente pela atuação do Estado que através dos remanescentes arquitetônicos do período colonial, principalmente do barroco, construíram um modelo de identidade da nação brasileira.

Através da observação de imagens fotográficas e cartões postais de diferentes períodos das ações sobre e com as ruínas de São Miguel, fica perceptível algumas intencionalidades desde sua ativação até os usos que foram sendo dados ao bem cultural. Conforme François Hartog (2014) a relação estabelecida entre o ser humano e os objetos do passado designam um período e uma forma de relação que a sociedade estabelece com o tempo. Entretanto, o historiador afirma que essa relação não é apenas passadista, uma vez que a visibilidade do bem patrimonializado interessa ao presente (HARTOG, 2014, p. 197).

Dessa forma, as ações de preservação inseriram o lugar do antigo povoado - com ênfase na imagem icônica da antiga igreja - na paisagem o que influenciou nas representações de uma população de diferentes etnias que povoou a região no século XX. As ações intervencionistas do Estado mantiveram e constituíram uma paisagem que romantizada atuou sobre a identidade local. Porém, assim como outros lugares com bens patrimoniais, São



Miguel segue (re) construindo simbologias, frente ao desafio contemporâneo tanto no âmbito concreto das ações restritivas do Estado, quanto no âmbito da subjetividade das comunidades que atribuem significados ao lugar.

Assim, ao mesmo tempo em que “congela” e apresenta uma realidade vinculada a diferentes temporalidades, e possibilita conexões com o passado imediato e com o passado histórico, a fotografia também nos indica interpretações possíveis para uma paisagem que vai sendo construída socialmente. Portanto, este é um terreno fértil para interpretações mais aprofundadas, como ficou claro a partir das imagens apresentadas, que envolvem a fachada das ruínas de São Miguel.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Censo, Mapa, Museu. In: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 226-255.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1812-1884. *Viagem pela Provincia do Rio Grande do Sul(1858)*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiana. São Paulo: Editora da USP, 1980.

BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões-IBRAM, 2009 (Dossiê Missões, I).

BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos Guaranis*. 2. ed. Porto Alegre: EST, Nova Dimensão, 1987.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

JORNAL A SEMANA. Santo Ângelo, Brasil, Rio Grande do Sul. 24 de fevereiro de 1921. Anno II. Num. 82. p.01. Hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal Augusto Cesar Pereira dos Santos.

KERN, Arno Alvarez. *Utopia e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 1994.



LAMEGO, Alberto. Os Sete Povos da Missões. In: BRASIL, Ministério da Saúde e Educação. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 4. SPHAN: Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3180>> Acesso em: 19/09/2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A trajetória do IPHAN nas Missões. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy ; GOELZER, Ana Lúcia (orgs). *Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MELIÁ, Bartomeu; NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuítas em tempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo/RS: URI, Centro de Cultura Missioneira; Assunción, Cepag, 1995.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, (27): 63-76, 1998.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. 3ª. Ed. Trad. Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

STELLO, Vladimir Fernando. *Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Porto Alegre – BR-RS, 2005. 177p.

TILLEY, Christopher. *Identity, Place, Landscape and Heritage*. *Journal of Material Culture*. (11): 1/2, 7-32, 2006.

UNESCO. *Jesuit Missions of the Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor (Argentina), Ruins of Sao Miguel das Missoes (Brazil)*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>> Acesso em 12 de out. de 2013.

Imagens:

Acervo do Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos.

Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo. Fundo Ernani Brum.